

## BOOK REVIEW - BKR

### Desenvolvimento e Estagnação: O debate entre desenvolvimentistas e liberais neoclássico

Carmem A. Feijó\*

O livro recém-lançado de André Nassif apresenta de forma clara, didática e com precisão de linguagem o debate teórico de autores e escolas de pensamento sobre desenvolvimento econômico. Além do debate teórico, Nassif mostra como as visões teóricas orientam diretrizes de políticas econômicas. O compromisso de expor a visão da teoria e os desdobramentos práticos decorrentes da análise abstrata oferece ao leitor uma perspectiva abrangente do debate sobre a evolução do pensamento econômico sobre como promover o desenvolvimento das nações. Como o desenvolvimento econômico se confunde com a história econômica dos países, o livro recorre com frequência a exemplos consolidados na literatura sobre experiências históricas, tornando a leitura também agradável ao combinar a evolução do pensamento teórico e as experiências concretas. Na minha avaliação, é uma estratégia bem sucedida de apresentação de idéias densas e complexas, que cativa tanto o público especializado e também o público não especializado interessado no tema.

O livro está estruturado em onze capítulos distribuídos em duas grandes partes. Inicialmente, apresenta a evolução do debate entre autores e escolas de pensamento desenvolvimentistas e, na segunda parte, autores classificados como liberais neoclássicos. Apesar de dividido em duas partes, o debate entre autores desenvolvimentistas (clássicos, estruturalistas e novo-desenvolvimentistas) e autores liberais neoclássicos é feito ao longo de todo o livro.

Os desenvolvimentistas, começando com as contribuições de Adam Smith, advogam que o processo de desenvolvimento econômico é, por definição, transformador de estruturas produtivas e de distribuição de renda e, por isso, deve ser analisado de forma dinâmica. Nada garante, porém, à luz das idéias desenvolvimentistas, que as forças econômicas privadas que mobilizam a evolução dessas estruturas gerem situações de equilíbrio de longo prazo. Isto implica dizer que as economias de mercado, foco de análise do livro, não convergem em termos de taxa de crescimento no longo prazo. Mais ainda, economias menos desenvolvidas, não necessariamente evoluem para uma posição onde o crescimento econômico se

---

\* Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: cbfeijo@gmail.com.

reproduza de forma sustentável e com estabilidade de preços ao longo do tempo. Isso porque, sob essa perspectiva analítica, as forças concorrencias de mercado (e de livre comércio) e o sistema de preços relativos podem não garantir que as economias em desenvolvimento evoluam para níveis de geração de renda, emprego e produtividade agregada que as coloque em patamar de desenvolvimento superior do qual partiram e convergente com economias já desenvolvidas.

O diagnóstico desenvolvimentista é o de que as livres forças de mercado podem não ser suficientemente fortes para mobilizar recursos produtivos na direção, volume e no horizonte de tempo necessários ao desenvolvimento de longo prazo. Em especial, a mudança na estrutura produtiva está diretamente ligada ao processo de industrialização na medida em que a indústria manufatureira e, modernamente, os serviços de tecnologia a ela associados, apresentam economias de escala estáticas e dinâmicas, que alavancam o potencial de crescimento do produto e da produtividade no longo prazo. Logo, a intervenção do Estado, através de políticas macroeconômicas discricionárias e políticas industriais ativas, torna-se imprescindível para criar o ambiente e induzir as transformações necessárias na direção do adensamento das relações intra e inter-setoriais na economia. Em uma palavra, desenvolvimento é associado à ideia de mudança estrutural na direção de aumentar a complexidade produtiva, e o processo de industrialização é o motor dessa mudança.

Como, na visão desenvolvimentista, o processo de transformação produtiva é dinâmico, as intervenções de política econômica devem se adequar aos novos contextos. Neste sentido, a orientação de política econômica através da adoção de regras, com o argumento de que o mercado aloca melhor recursos através de escolhas feitas por agentes racionais e maximizadores de retornos ao longo do tempo, nem sempre oferece o melhor resultado, dado que a trajetória da economia não necessariamente conduz a posições de equilíbrio de longo prazo. Assim, muito além de falhas de mercado, diagnóstico aceito pelos liberais neoclássicos para justificarem intervenções de políticas econômicas, os desenvolvimentistas avaliam que as transformações necessárias para elevar o nível de renda, emprego e produtividade de forma sustentada ao longo do tempo é um processo que demanda a mão visível do Estado.

O autor desenvolve sua discussão sobre a evolução das escolas de pensamento desenvolvimentistas mostrando como o pensamento atual desta escola de pensamento está em consonância com a visão da macroeconomia de Keynes. A escola novo-desenvolvimentista é a que melhor traduz a evolução da trajetória de desenvolvimento como uma sucessão de posições de equilíbrio de curto prazo. Nesta perspectiva, o longo prazo

pode resultar em estagnação, se escolhas de política econômica não promoverem as mudanças estruturais na direção de elevar o potencial de crescimento no longo prazo.

A segunda parte do livro é dedicada aos pensadores que o autor classifica como liberais neoclássicos. São liberais no sentido de que as recomendações de política econômica são de cunho não intervencionista, pois assumem a superioridade, em termos de eficiência econômica, alcançada pelo livre comércio e pela livre escolha dos agentes econômicos operando em mercados de concorrência perfeita. São neoclássicos porque entendem o desenvolvimento econômico como crescimento de longo prazo, como colocado nas palavras do autor: "... limitam-se a analisar as forças determinantes do crescimento do PIB no longo prazo" (p. 342).

O debate na segunda parte do livro retoma o diálogo com autores desenvolvimentistas, e centra-se nas definições de eficiência estática e eficiência dinâmica, e no papel do progresso técnico no desenvolvimento das economias ao longo do tempo. O livro avança até apresentar as orientações de política do Consenso de Washington, que sintetiza, em tempos recentes, a ideologia do neoliberalismo como forma de promover a convergência em termos de crescimento de longo prazo entre os países. As fragilidades das recomendações de políticas do Consenso de Washington e o pouco êxito observado em termos de promoção do desenvolvimento econômico para países da América Latina levam o autor a fazer uma crítica às orientações de política econômica liberais no capítulo que antecede a conclusão do livro. Nassif assume, ao longo de sua obra, sua orientação teórica desenvolvimentista e debate, com muita competência, com autores liberais neoclássicos.

Pode-se dizer, a título de conclusão, que a volta ao interesse sobre o debate acadêmico em torno do desenvolvimento econômico se dá frente aos resultados pouco exitosos em termos práticos das experiências de políticas econômicas liberais como solução para os países em desenvolvimento alcançarem a trajetória de crescimento dos países já desenvolvidos. O livro de Nassif faz uma defesa clara da importância de políticas econômicas bem fundamentadas em uma visão teórica de longo prazo, que possibilite a mobilização de recursos e a geração de renda e sustentação do crescimento através da ampliação da produtividade agregada.

Em resumo, apesar do livro não recorrer a formalizações matemáticas (há apresentação de poucas formalizações de modelos de crescimento), tão comuns em livros de economia, é um livro denso em conceitos e na explicação sobre a articulação entre estruturas analíticas abstratas. Como mencionado, a clareza na escrita e a precisão com que são

apresentadas as teorias torna o livro uma referência acadêmica relevante no ensino de teorias de desenvolvimento econômico.

O livro preenche uma lacuna no debate acadêmico ao reunir teóricos que argumentam a favor da necessidade do intervencionismo do Estado para promoção do desenvolvimento, por um lado, e aqueles que advogam contra intervenções discricionárias colocando o papel do Estado em oposição à superioridade da atuação do Mercado como alocador de recursos, por outro. Como bem comprova Nassif, é através da coordenação de políticas econômicas pelo Estado e do recurso ao planejamento econômico orientando decisões privadas que nações superam o subdesenvolvimento e alcançam uma trajetória de crescimento estável e convergente com países hoje desenvolvidos.